

PARECER JURÍDICO

Referência: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2021 - SEMAGA.

Dispensa de Licitação Nº 016/2021 - SEMAGA

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura.

Objeto: Locação de Imóvel para fins não residenciais.

Senhor Secretário(a),

Consta deste processo que a **Secretaria Municipal de Agricultura**, autoriza a locação de Imóvel para **abrigar suas instalações físicas**. Consta nos autos do processo laudo de vistoria para locação, onde foi identificado o menor valor locatício, sendo esse de **R\$ 2.750,00 (Dois mil, setecentos e cinquenta reais) por mês e R\$ 30.250,00 (Trinta mil e duzentos e cinquenta reais) como valor global do Contrato ao final de 11 (Onze) meses**, tendo como responsáveis técnicas as engenheiras **LORRANA LYS NEVES FORTE** e **ELLEN KALLWANA MOURA VIEIRA**, inscritas no **CREA-MA** sob o nº **111848015-5** e nº **1119799082-4**, respectivamente.

Após a devida tramitação, a sobredita Secretaria, encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.

Desde logo, verifico que a locação pretendida pode ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua, conforme o **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93**, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). (GRIFEI).

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** efetue a contratação, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total se enquadra dentro do limite estabelecido no **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93**.

É o parecer.

Buriticupu/MA, 11 de fevereiro de 2021.



Gustavo Pereira da Costa
Advogado
OAB/MA nº 1.671
Assessor Jurídico
Portaria nº 054/2021